

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.815 - RS (2019/0124630-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : JOSE MARCOS PARREIRA
ADVOGADO : ERALDO LACERDA JÚNIOR E OUTRO(S) - PR030437

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por UNIÃO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL DESISTÊNCIA DA AÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE FIXAÇÃO VALOR EXORBITANTE REDUÇÃO APRECIACÃO EQUITATIVA.

1. Processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII do NCPC, em razão da homologação do pedido de desistência da ação formulado pela parte autora.

2. De acordo com o disposto no art. 90 do CPC, a parte que desistir, renunciar ou reconhecer a procedência do pedido deverá responder pelas despesas e pelos honorários advocatícios. Trata-se, aqui, de aplicação pura e direta do princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa ao ajuizamento da demanda deve responder pelos ônus da sucumbência.

3. Quanto ao valor a ser fixado dos honorários advocatícios, muito embora o entendimento deste tribunal que os honorários advocatícios devem ser arbitrados em 10% sobre o valor da causa ou da condenação, verifica-se que essa expressão sobre o valor ora em exame revela-se excessivo, tendo em vista a natureza da demanda, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

4. Configurada hipótese de fixação de verba advocatícia sucumbencial em patamar exorbitante, fica estabelecido no presente caso por apreciação equitativa o montante de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022 do CPC, no que concerne à nulidade do acórdão recorrido por negativa de prestação jurisdicional, trazendo o argumento de que, "ao rejeitar os Embargos de Declaração da União quanto à pretensão de prequestionamento, deveria o acórdão ao menos justificar por quais fundamentos jurídicos entendia que as normas

legais suscitadas pela União não incidiam no caso concreto" (fls. 262).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC, no que concerne à necessidade de fixação dos honorários advocatícios de acordo com o regramento expresso na legislação processual para o caso concreto, trazendo os seguintes argumentos:

Com a devida vênia aos fundamentos adotados, entende a UNIÃO que o v. acórdão recorrido aplicou e interpretou equivocadamente a legislação processual no que pertine à fixação da verba honorária, visto que além de estipulada em valor irrisório no caso concreto, restou aplicada de forma equivocada regra processual acerca da matéria. (fls. 255).

Depreende-se, assim, da análise do presente feito, que não se encontram presentes nenhum dos específicos elementos definidos pelo legislador no §8º do art. 85 do CPC que permitam a fixação da verba honorária por apreciação equitativa, fugindo dos parâmetros traçados nos §§ 2º e 3º. (fls. 265).

A presente ação tem o proveito econômico bem definido, fornecendo a inicial todos os dados para cálculo do proveito econômico, inclusive instruída com o respectivo cálculo do proveito econômico almejado pelo demandante. O novo CPC é taxativo ao determinar, em seu art. 85, §2º, que os honorários advocatícios serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor, no caso, da causa, atendidos os seus incisos. Outrossim, na hipótese dos autos não se encontram presentes nenhum dos requisitos elencados no §8º do mesmo artigo de modo a justificar a fixação da verba honorária em pecúnia, mediante apreciação equitativa do Juízo, visto que a causa possui valor certo, não-irrisório, representado pela quantia postulada pelo credor na inicial da ação, conforme cálculo que a instrui. (fls. 265).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais os incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Quanto ao tema, manifestou-se o STJ, já na vigência do NCPC, que para a fixação da verba honorária, não está o julgador adstrito aos limites de 10 e 20% previstos no novo Código de Processo Civil (fls. 217).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões

recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente